



**RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO:  
REFLEXÕES ACERCA DA ESCOLHA PROFISSIONAL DE JOVENS DA CLASSE MENOS  
FAVORECIDA PARA O ENSINO SUPERIOR**

Gilton Francisco Sousa de Andrade

gilton.andrade@ifrj.edu.br

Nailda Marinho da Costa Bonato

(UFRJ)

**Resumo**

Este trabalho tem como objetivo tecer algumas reflexões sobre a relação trabalho e educação e as implicações desta para os jovens da classe menos favorecida no que diz respeito à escolha profissional para o ensino superior. Cabe ressaltar que o mesmo insere-se na pesquisa de mestrado que se encontra em desenvolvimento, intitulado “Escolha profissional para o ensino superior: vozes de jovens do ensino médio de escola pública”. Segue como perspectiva teórico-metodológica o materialismo histórico e dialético, atendo-se, principalmente, aos escritos de GRAMSCI. Para fins de periodização histórica pauta-se em dois momentos: o primeiro refere-se à época militar, por se tratar de um período da História Brasileira marcado por mudanças na Legislação Educacional: Lei 5.540/68 e Lei 5.692/71, bem como no setor econômico; o segundo concerne-se ao período pós década de 1990, marcado por grandes transformações, tendo como eixo central a mudança do sistema de produção do fordismo para o toyotismo. Essa reestruturação produtiva impactou profundamente a estrutura econômico-social do país bem como a esfera educacional. Tais mutações influenciam diretamente os jovens, principalmente os da classe menos favorecida haja vista que estes se encontram em maior vulnerabilidade social, decorrente do processo de divisão de classes, de injustiça social e desigualdade presente no sistema capitalista.

**Palavras-chave:** Trabalho. Jovens. Ensino superior. Escolha profissional. Colégio Estadual Antonio Prado Junior.

Sem trabalho eu não sou nada  
Não tenho dignidade  
Não sinto o meu valor  
Não tenho identidade  
Mas o que eu tenho  
É só um emprego  
E um salário miserável  
Eu não tenho o meu ofício  
Que me cansa de verdade  
Tem gente que não tem nada  
E outros que tem mais do que precisam  
[...]  
Música de Trabalho – Renato Russo

**Introdução**

O fragmento da música acima retrata a dimensão do trabalho para a vida do indivíduo. Dimensão esta que suscita a reflexão sob dois pontos de vista: se por um lado o trabalho é inerente ao homem e tem relação intrínseca com a sua sobrevivência; por outro, dentro do





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sistema capitalista de produção, o trabalho representa sofrimento, na medida em que há exploração do dono do capital sobre o trabalhador. Por essa perspectiva, o verbo sofrer para o indivíduo tem um sentido denotativo, de realidade dual: estar empregado, mediante subordinação e conformação impostas pela relação de poder; ou desempregado, sob a condição de desonra, perante a família e o meio social que o cerca.

Diante de um cenário tão complexo, marcado pela desigualdade e injustiça social, sofrem aqueles que constituem o pólo da classe menos favorecida. Para estes, pode-se dizer que o trabalho evoca dor, desalento. Corresponde o “*tripalium* (três paus), ou seja, um verdadeiro instrumento de tortura” (Nosella, 2004, p.30). Ramifica-se tal fato, em dias de hoje, pela longa jornada de trabalho, pelo dispêndio de tempo do ir e vir (casa x trabalho; trabalho x casa), pela expropriação de direitos trabalhistas (terceirização da mão de obra, por exemplo). Destarte, o capitalismo vai construindo o mosaico de sociedade que o convem e segundo os seus interesses, ancorado pelas amarras ideológicas que alimentam a conformação do oprimido. Prevalece então o imperativo dual: trabalho manual versus trabalho intelectual; opressor versus oprimido; escola do rico versus escola do pobre. Por essa perspectiva a concepção de unidade deteriora-se, pois o individualismo emerge-se acima de qualquer princípio coletivo.

Apesar do contexto em voga, do predomínio de indivíduos excluídos historicamente da sociedade, ainda assim, perpetua-se o ciclo mutante do sistema de produção vigente, que tende a manutenção do *status quo*. Dentro desse contexto, a escola, que teria o papel de transformação, acaba desempenhando a tarefa de reprodução, na medida em que atende a lógica capitalista: preparação de pessoas para o mercado de trabalho, visando ao fim produtivo, exclusivamente. Por essa ótica, a escola constitui-se um verdadeiro aparelho ideológico do Estado (Althusser, 1980) na medida em que esta comunga com os preceitos capitalistas, conformando o indivíduo à condição de mero subordinado dentro do processo de produção. Esta constatação independe do tempo histórico, pois, pode ser percebida, por exemplo, no governo militar, em plena época fordista de produção, na década de 1970, com a Lei 5.692/71, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 11 de agosto de 1971, que transformou o ensino secundário, compulsoriamente em ensino profissionalizante, sob o pretexto de atender ao mercado crescente do período. Porém, tratava-se, pois, de impedir a entrada de jovens ao ensino superior e ao mesmo tempo, aligeirar o processo

4268





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

educativo, escamoteando o conhecimento geral em “troca” de conhecimentos parcelados, visando à profissionalização rudimentar. Já na década de 1990, na fase pós-fordista, em que se primava pela lógica do trabalhador polivalente, que deveria ser dotado de competências que emanavam o mercado, aliada pelo incremento das novas tecnologias da informação e comunicação, a educação surge no sentido de preparar os cidadãos para o contexto neoliberal à época. Fazia-se necessário atender ao mercado interno e externo, tendo o indivíduo como fonte propulsora da produtividade. A ordem girava em torno da qualidade, da diversificação de produtos e da concorrência cada vez mais afluída. A escola, novamente, vem à tona, de forma a se adaptar a esse novo chamado do capital.

Outro ponto importante a ser destacado nessa nova lógica do trabalho diz respeito à “invasão” das novas tecnologias ao espaço familiar. Estas adentram o espaço social via internet, via telefone celular. Assim, o trabalho se torna cada vez mais dinâmico e o trabalhador cada vez mais “escravizado”. Kuenzer (2005) no que diz respeito ao trabalhador e à mudança do sistema de produção, posiciona-se conforme citação abaixo:

Mudadas as bases materiais de produção, é preciso capacitar o trabalhador novo, para que atenda às demandas de um processo produtivo cada vez mais esvaziado, no qual a lógica da polarização das competências se coloca de forma muito mais dramática do que a ocorrida sob o taylorismo/fordismo. É preciso que o trabalhador se submeta ao capital, compreendendo sua própria alienação como resultante de sua prática pessoal “inadequada”, para o que contribuem os processos de persuasão e coerção constitutivos da hegemonia capitalista (p.80)

Percebe-se, então, que o sistema de produção cada vez mais oprime o trabalhador, sob a lógica do lucro cada vez mais exacerbado, prevalecendo o dito no trecho da música: “Tem gente que não tem nada. E outros que tem mais do que precisam”.

Considerando o exposto, este texto tem como objetivo trazer algumas reflexões acerca da relação trabalho e educação e a implicação desta para os jovens da classe menos favorecida no que diz respeito à escolha profissional para o ensino superior.





## O contexto da discussão e a função escolar

Desde a segunda metade década de 1960 até meados da década de 1980, instaurou-se no país o governo militar. Governo marcado pela repressão, censura e ideologia tecnocrática (Ferreira e Bittar, 2008), que sustentou o sistema capitalista de produção à época, regido pelo Fordismo/Taylorismo, bem como influenciou a concepção pedagógica, marcada pela tendência tecnicista (Saviani, 2006). Nesse momento histórico, propriamente, no governo de Garrastazu Médici (1969-1974), verifica-se o crescimento da produção de forma mais acelerada. Este período ficou conhecido como época do “milagre econômico”. Entre 1968 a 1973 “o quadro econômico e financeiro estava razoavelmente sob controle. A meta era produzir para o mercado externo, por isso se mantinha a política de arrocho salarial, diminuindo a demanda interna” (Schneeberger, 2003, p.334). Entretanto, tal riqueza acumulada não se reverte em divisão igualitária para a população como um todo. Somente a classe mais rica se beneficiava. Os militares governavam o país com “mãos-de-ferro”, a partir de Atos Institucionais (AI) por estes criados, a fim de legitimar as suas ações para além dos poderes que estes tinham na Constituição. Dentro desse cenário, marcado pelo sistema fordista de produção, algumas mudanças deságuam no sistema educacional brasileiro. Dentre as quais, torna-se importante destacar: Lei 5.692/71<sup>1</sup>, Lei 5.540/68<sup>2</sup>, os acordos MEC-USAID<sup>3</sup>. Tais reformas visavam à adequação da educação ao projeto de desenvolvimento econômico do governo militar que primava pela eficiência produtiva e pelo autoritarismo.

Após esse período, ocorre a redemocratização e as eleições diretas para presidente da república (1989), onde se torna vitorioso, o então, ex-governador do Estado de Alagoas, Fernando Collor de Mello, derrotando o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. Sequencialmente, Itamar Franco (1992-1994) o substituiu em virtude do *impeachment*, que o afastou do cargo. Os dois mandatos posteriores (1994-2002) ficaram a cargo do ex-ministro da fazenda de Itamar, Fernando Henrique Cardoso. Esse período (década de 1990) foi marcado pela abertura da economia

<sup>1</sup> Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

<sup>2</sup> Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968 – fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências.

<sup>3</sup> Cf. CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, Moacyr de. O golpe na educação. 11ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

nacional ao mercado externo, pelas políticas neoliberais de privatização, de redução dos gastos públicos, pela globalização e pelo novo sistema de produção, conhecido como sistema de acumulação flexível. Harvey (1993), assim caracteriza a acumulação flexível: “[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. (p.140). Dentro desse cenário há o incremento das novas tecnologias da informação e comunicação – TICs, bem como da automação no sistema produtivo, conseqüentemente ocorre o desemprego estrutural e a perda da força sindical. No que diz respeito à esfera educacional, verifica-se à interferência – devido ao financiamento e empréstimos por parte destes - de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, ditando regras, de forma a adequar a educação em países em desenvolvimento como o Brasil, ao novo capitalismo internacional. Nas palavras de Melo (2004):

O processo de ‘aceitação e implantação do movimento de ‘ajuste, por meio de reformas, para o crescimento’, dirigido principalmente pelo FMI e BM para a América Latina e Caribe, teve como direção central específica – como continuidade das agendas de liberalização do comércio, desregulamentação e privatização – a reforma do Estado. Este processo também significou uma mudança de rumo ideológico no próprio sentido da internacionalização capitalista dirigido aos países em desenvolvimento, dando uma nova dimensão à relação entre o Estado e a sociedade. (p.202)

Sobre essa ótica, cabe ressaltar que na década de 1990 emergiu um cenário de mudanças no que diz respeito à política educacional brasileira<sup>4</sup> inspirada pelas transformações no sistema de produção e atrelada por ações provenientes de organismos multilaterais já exemplificados nesse texto. Tais mudanças extrapolavam o contexto nacional, atingindo a América Latina como um todo, como já frisado por Melo na citação acima. Por isso, a importância de situar a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – nessa discussão, uma vez que a

A CEPAL entendia que a reforma do sistema produtivo e a difusão de conhecimento eram os instrumentos cruciais para enfrentar ambos os desafios:

<sup>4</sup> A título de ilustração destacam-se algumas: Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Lei 9.424/1996 – Regulamenta o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; Anos depois, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva sancionou-se o FUNDEB – Lei 11.494, de 20 de junho de 2007 que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação; o Decreto nº 2.208/97 – Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 42 da LDB.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

construção de uma moderna cidadania e da competitividade. A moderna cidadania seria preparada na escola, cujo sucesso deveria ser universalizado ao menos no ensino fundamental, a fim de que a população apreendesse os códigos da modernidade. Definia os códigos da modernidade como sendo o conjunto de conhecimentos e destrezas necessários para participar da vida pública e desenvolver-se produtivamente na sociedade moderna (Shiroma, Moraes, Evangelista, 2000, p. 63-64).

Percebe-se que eleva-se a educação de forma a corroborar com o novo panorama econômico instaurado. Faz-se num sentido estrito, pois o indivíduo apenas precisa estar apto a realizar atividades básicas diante de um processo fragmentado, onde se intensifica a mais valia apesar do advento das novas tecnologias.

Aliado a tudo isso, emergem-se as fundações, ONGs, movimentos sociais, dentre outros movimentos da sociedade civil, financiados pelo Estado – para realizar trabalhos em setores da educação e do serviço social, por exemplo -, que seriam de responsabilidade do Poder Público. Na contramão, a educação pública sofre cortes de verbas.

Contudo, convoca-se a escola para formar mão-de-obra para o mercado de trabalho. Seria necessário preparar as pessoas para os novos preceitos presentes na relação de trabalho: polivalência, trabalho em equipe, conhecimento, ainda que precário, das novas tecnologias etc. O discurso pauta-se na empregabilidade, e para estar empregado, o indivíduo deverá se qualificar sucessivamente, sob pena de permanecer desempregado. Nota-se, então, que para o indivíduo utilizar a sua força mental ou física, dentro dessa lógica, objetivando satisfazer a sua necessidade (comida, roupas etc.) torna-se prudente que o mesmo atenda aos novos preceitos oriundos do sistema produtivo vigente. Neste caso, o mesmo deverá buscar no espaço escolar os “conhecimentos” para adentrar ao mundo do trabalho. Sendo assim,

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos de 1990, com a globalização da economia, com a reestruturação produtiva e com as novas formas de relação entre Estado e sociedade civil a partir do neoliberalismo, mudam radicalmente as demandas de disciplinamento, e, em decorrência, as demandas que o capitalismo faz à escola (Kuenzer, Op.Cit, p.85).

Mais uma vez evoca-se a escola para disciplinar e formar o capital humano que necessita a nova ordem econômica, política e social. Gramsci (1979) posiciona-se contrário a esta escola que tem função eminentemente profissional. Para este autor a escola deve ser “desinteressada”.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Recorrendo a Nosella (2010) para entender tal termo, o mesmo informa que “sobre esse termo ele [Gramsci] já discutiu com Giulia: “desinteressado” se contrapõe a interesse imediato e utilitário; é o que é útil a muitos, a toda a coletividade, histórica e objetivamente”. (p.170). Trata-se de formar o indivíduo na sua plenitude cultural de forma que este amadureça paulatinamente e tenha base suficiente para se situar criticamente diante da vida social e profissional. Na verdade, Gramsci idealiza para a sociedade (que deve ser unitária) a escola unitária. Para o célebre escritor, Gramsci:

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, “humanismo” em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-lo levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e iniciativa. (idem, p.121)

Comungamos com esse pensamento de Gramsci, entretanto, o que vemos é que a educação – por mais que novos discursos digam ao contrário, tem servido ao Estado como aparelho de manobra para atender a projetos partidários e empresariais, ficando o indivíduo, mais precisamente o da classe menos favorecida, reduzido a “fantoche”, dentro de um sistema marcado por desigualdades de classe, de ordens econômicas e sociais.

### **Trabalho e educação: algumas reflexões**

Trouxemos, ainda que breve, algumas considerações acerca do contexto das décadas de 1970 e 1990, podendo perceber que no último período informado houve mudanças no processo de produção. Mudanças essas que necessitam da educação para formar mão de obra adequada à nova realidade que se apresenta. Sobre esse fato, Nosella, referenciando ao advento da máquina ao processo produtivo, nomeando-a como desencanto, na medida em que esta intensificou ainda mais o trabalho, em detrimento de uma suposta libertação para a criatividade humana; também o fez em relação à educação. Segundo este autor “o mesmo desencanto surgiu com referência à educação enquanto orientada para o aprimoramento dessa mercadoria especial, ou seja, a livre-força-de-trabalho para os mercados capitalistas”. (2004, p.34).





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Entretanto, trabalho e educação já foram unidos em determinado tempo histórico. Nesse período, anterior ao capitalismo, o ato de trabalhar representava ao mesmo tempo o aprender. Tal contexto pode ser representado pela comunidade primitiva em que o bem era comum a todos e a aprendizagem ocorria no cotidiano, nas relações entre as pessoas. Nas palavras de Saviani (2007), “os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações”. (p.154). Educação e trabalho, por essa perspectiva, relacionam-se de forma horizontal, uma vez que não há uma interferência de separação e cooptação por outro em proveito próprio como acontece no sistema capitalista. No capitalismo prevalece a dualidade, as relações antagônicas, favorecendo deste modo à submissão de uma classe sobre a outra. Tais aspectos corroboram e influenciam para tornar a escola dual. Recorrendo, novamente a Saviani, este nos dá a dimensão dessa escola dentro do sistema capitalista. Segundo este autor:

Essa separação entre escola e produção reflete, por sua vez, a divisão que se foi processando ao longo da história entre trabalho manual e trabalho intelectual. Por esse ângulo, vê-se que a separação entre escola e produção não coincide exatamente com a separação entre trabalho e educação. Seria, portanto, mais preciso considerar que, após o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação também assume uma dupla identidade. De um lado, continuamos a ter, no caso do trabalho manual, uma educação que se realizava concomitantemente ao próprio processo de trabalho. De outro lado, passamos a ter a educação de tipo escolar destinada à educação para o trabalho intelectual. (Idem, p.157)

Assim, a escola intensifica a separação entre o dono do meio de produção e o proletariado na medida em que esta instituição reproduz o domínio da classe dominante. Tal fato pode ser refletido no contexto em discussão que nos propomos anteriormente. Primeiramente, renova-se o modo de produção, situando-o a uma nova realidade. Realidade esta que pressupõe um novo mercado de trabalho e conseqüentemente uma nova mão de obra que vá ao encontro da lógica capitalista: o lucro a todo custo. Depois, convoca-se a escola para preparar esta mão de obra em consonância com a demanda produtiva. Essa preparação exige imediatismo, currículo mínimo, enfim, cursos que atendam ao mercado para produção de bens e serviços. Esse ciclo vicioso revitaliza-se a cada nova demanda, aumentando assim o abismo daqueles que acumulam capital





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

em detrimento dos que vendem a sua mão de obra para sobrevivência. Em síntese, sobressai a dualidade, o domínio de uma classe sobre outra, o trabalho manual versus o trabalho intelectual.

É importante também salientar para o fato manifestado nesse novo modo de produção: o indivíduo tem sido convocado a ampliar a sua formação. Como foi dito anteriormente, trata-se de novas competências que o indivíduo precisa ter para se inserir no mercado de trabalho. Entretanto, tal formação em sua grande maioria ocorre de forma fragmentada, visando à colocação do indivíduo no mercado de trabalho, de forma a atender uma demanda específica. Por exemplo, se a construção civil necessita de pedreiros, de pintores etc., criam-se cursinhos que contemplem essa necessidade mercadológica. Para enfatizar o que expomos, Kuenzer, situa-se, conforme abaixo:

Assim, através dos processos de inclusão excludente, a educação escolar e não escolar se articula dialeticamente aos processos de exclusão includente existentes no mundo do trabalho, fornecendo ao cliente – o capital - força de trabalho disciplinada técnica e socialmente, na medida das suas necessidades, como reza a boa cartilha do toyotismo (Op. Cit, p.93)

Entretanto, é possível pensar trabalho e educação para além das amarras capitalistas, onde ocorre a separação e o proveito de um detrimento do outro?

### **O trabalho como princípio educativo: breves apontamentos**

Ao suscitar o questionamento citado no item anterior, intenciona-se a provocação que o assunto confere pela complexidade que o cerca. Caso não tenhamos resposta para a pergunta acima, pelo menos acreditamos que possamos trazer reflexões que nos ajude a pensar sobre.

Como foi dito no início do texto: o trabalho é inerente ao homem. Para realização do trabalho, o homem entra em contato com a natureza, com o meio que o cerca e o transforma. Dialeticamente, ao transformar ele se transforma, ao mesmo tempo em que aprende com essa ação, que a princípio, flui-se de maneira natural; instintiva para sobrevivência, mas com o passar do tempo, torna-se aprendizagem. Entretanto, dentro do sistema de produção, o capitalista se apropria do trabalho de outro (o trabalhador) para o seu proveito e exploração, aligeirando o seu saber. Nesse sentido, o ato humanizador desaparece, o conhecimento esfacela-se, condenando o





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

indivíduo a mero governado diante a sociedade. Por essa ótica, não há princípio educativo, pois a relação trabalho e educação, desarticula-se a serviço da produção, ao invés de formar o homem na sua condição plena de ser social, político, histórico, que produz cultura, que produz ciência, que tem direitos e deveres. Passemos, então, a refletir sobre princípio educativo a partir do olhar de Gramsci. Para esse autor:

[...] o princípio educativo sobre o qual se baseavam as escolas elementares era o conceito de trabalho, que não se pode realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida recíproca dos homens, ordem que deve ser respeitada por convenção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta pelos próprios homens como liberdade e não por simples coação. (1979, p.130)

Deste modo, nota-se que o princípio educativo – iniciando-se na escola elementar - constitui-se e desenvolve-se na sociedade onde haja liberdade, igualdade e respeito mútuo entre os indivíduos, abolindo-se, portanto, o aspecto dual. Dentro desse cenário, torna-se possível pensar a relação educação e trabalho fora das amarras capitalistas, pois, considera-se a sociedade uno. Entretanto, partindo do princípio que vivemos em uma sociedade marcada pela divisão de classes, na qual a escola reproduz o que determina o poder hegemônico, a possibilidade de se ter o trabalho como meio de educar o homem esvazia-se. A escola, então, subordina-se ao sistema produtivo. Nessa perspectiva, Ciavatta, nos esclarece o quanto é dolorosa tal relação, informando:

[...] à medida que a escola adquire a finalidade de preparar para as exigências da produção capitalista, ela assume, também, as exigências da ordem social desenvolvida nos processos de trabalho, tais como disciplina, exatidão, submissão física, técnica e moral, cumprimento estrito dos deveres, pontualidade, contenção corporal e afetiva. Ela assume os deveres impostos pela produção, através dos mecanismos do Estado, e relega a segundo plano, sob mil artifícios ideológicos, o direito à educação que fundamenta as demandas da sociedade civil (1993, p.10)

Talvez seja esse um dos maiores gargalos da escola, relegar a segundo plano a educação no sentido stricto sensu. O jovem, como ser integrante dessa sociedade é influenciado diretamente por todos os mandos e desmandos do capital. Sendo assim, alicerçado pelo Estado, a escola “desinteressada” contribuiria significativamente para a práxis da educação pelo trabalho, por ser este o princípio educador que não se deve perder de vista e nem tampouco torná-lo alienante.





### Relação trabalho e educação: impacto para o jovem

Mediante o que tem sido exposto, torna-se importante situar os jovens dentro do contexto do trabalho e educação. Jovens estes, da classe menos favorecida, com idade entre 15 a 24 anos, podendo ser entre 15 a 29 anos. Essa faixa etária compreende os jovens que temos pesquisado no Colégio Estadual Antonio Prado Junior, localizado na Praça da Bandeira, Município do Rio de Janeiro. Entretanto, cabe ressaltar que optamos por jovens maiores de 18 anos, de forma que pudéssemos realizar as entrevistas (num total de 12, sendo 6 jovens do sexo masculino e 6 do sexo feminino) sem prévia autorização dos responsáveis. Além do mais optou-se pelo turno noturno por considerar o período da noite formado por discentes que geralmente trabalham e estudam. Estes jovens sofrem os impactos provenientes das mudanças ocorridas no sistema produtivo que automaticamente influenciam no campo educacional.

O sistema produtivo marca-se pela dinamicidade e pelo imediatismo, principalmente pós década de 1990 com o incremento das novas tecnologias da informação e comunicação e da automação industrial. Aliado a tal fato, percebe-se o surgimento de várias profissões que até não se faziam presentes. Dentro desse contexto, situa-se o jovem em referência, que por um lado procura na educação os suportes necessários para inserir-se futuramente no mercado de trabalho, por outro lado sofre as imposições presentes no sistema capitalista que coopta a mão de obra e interfere diretamente na educação. Diante das dificuldades presentes no mercado de trabalho como na educação o jovem ainda convive com a pressão social e familiar em termos de inserção profissional. No que concerne a esse fato, Novaes (2006), relata que “[...] a questão da inserção do jovem no mercado de trabalho é um dos mais freqüentes motivos de conflitos entre pais e filhos, tanto nas famílias mais pobres quanto nas famílias de classe média”. (p.109). Por essa ótica, percebe-se o quanto o trabalho tem significância para o indivíduo e isso pode ser visto desde a tênue idade, quando se pergunta para a criança, “o que você vai ser quando crescer?”. Porém, os jovens que nos propomos a investigar, ou seja, o da classe menos favorecida, muitos deles, ao mesmo tempo em que estudam, geralmente no turno noturno tem que trabalhar decorrente de diversos motivos, como por exemplo, ajudar a família, em virtude das más condições financeiras. Nas palavras de Frigotto:





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

No aspecto específico do trabalho e da educação dos jovens da classe trabalhadora, a contradição se radicaliza, tendo em vista que a maior produtividade do trabalho não só não liberou mais tempo livre, mas, pelo contrário, no capitalismo central e periférico a pobreza e a “exclusão” ou inclusão precarizada *jovializaram-se*. Ou seja, cresceu o número de jovens que participam de “trabalhos” ou atividades dos mais diferentes tipos, como forma de ajudar seus pais a compor a renda familiar. (2004, p.197)

Contudo, por continuar a estudar pode-se inferir que esses jovens depositam nas escolas um meio para ascender-se socialmente. Diante de tal fato, de forma a contribuir com o exposto, trazemos um recorte da pesquisa de Maria de Laura P. Barbosa Franco e Gláucia Torres Franco Novaes ocorrida no 1º semestre de 1999. As autoras pesquisaram dez escolas Estaduais localizadas na Grande São Paulo e investigaram alunos da 2ª série do ensino médio. Elas entrevistaram 481 estudantes dos períodos diurnos e noturnos, sendo os últimos em geral trabalhadores. Entre os resultados em que Franco e Novaes levantaram na pesquisa, cabe trazer para esse texto o que trata da representação social da escola por parte dos estudantes. A pesquisa delineada pelas autoras indicou que 50% dos jovens entrevistados consideram que a escola possibilitará melhores oportunidades, como ingressar no mercado de trabalho. Do total apenas 37% almejam ingressar no ensino superior. Importa-se destacar também que segundo a pesquisa 48%, daqueles que estudam no turno noturno acreditam que a escola pode dar um futuro melhor, bem como ser alguém na vida. Um dos indicadores que chamam a atenção na pesquisa refere-se à intenção dos jovens em ingressar no ensino superior que corresponde apenas 37%. Índice que pode ser considerado bastante baixo. A pesquisa que temos realizado no colégio ora informado intenciona-se também conhecer esse cenário. Cabe ressaltar, porém, que a pesquisa encontra-se em processo de construção apesar da finalização das entrevistas junto aos jovens. Nesse momento, o trabalho encontra-se na fase de transcrição das entrevistas e, por conseguinte a análise das mesmas. Sendo assim, não nos permitimos trazer dados concretos para corroborar de forma qualitativa com o texto em foco a partir das “vozes” dos jovens.

Contudo, de uma forma geral, pode-se inferir que a realidade dos jovens da classe menos favorecida, principalmente daqueles que estudam à noite está muito distante daquilo que poderíamos chamar de “ideal”: ter o direito de estudar para em seguida escolher a profissão no ensino superior e posteriormente entrar no mercado de trabalho. Por essa perspectiva, a escola,





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

para além de transmitir conteúdos deve ter o papel de orientação de uma forma ampla para que esses estudantes avancem da simples condição de adaptar-se ao meio para ser um agente transformador da sociedade. Mesmo porque se deve ter ciência que existe uma juventude dentro da sociedade, fragmentada por “grupos de juventudes” vivendo diferenças sociais, econômicas, culturais e educacionais. Esse contexto traz implicações diretas para a escolha profissional desses jovens, pois, para além do aspecto subjetivo, o indivíduo é um ser sócio-histórico. Por entender que o jovem é um ser social, ele vive em constante interação e relação com outras pessoas ao seu redor, ao mesmo tempo em que é “bombardeado” por diversas informações, pelas exigências da sociedade, pela incerteza do futuro. Tudo isso gera angústia, medo. Em relação ao medo Novaes (2006), diz que “o medo do futuro é quase um sinônimo do medo de “sobrar” e está relacionado à inserção no mundo do trabalho”. (p.110). Concernente ao informado pode-se inferir que o jovem vive vários conflitos, consigo próprio, preocupações com o futuro, com a escolha profissional. É um momento de tomada de várias decisões e muitas vezes esses jovens não estão preparados para tomá-las. Torna-se imprescindível um diálogo intenso: orientação para a vida e para o trabalho.

### **Considerações finais**

Ao tratar de trabalho e educação, faz-se necessário refletir sobre o sistema de produção vigente. Sistema esse que como vimos separou trabalho e educação com o advento da escola, passando esta a ser o espaço para formação de mão de obra para atender ao mercado de trabalho. As implicações desse cenário refletem principalmente nos jovens – da classe menos favorecida – que são cooptados para trabalhos precários em decorrência, principalmente da necessidade financeira, que se originam da divisão de classes mediante exploração de uma sobre a outra. Torna-se urgente pensar em políticas públicas que vá ao encontro desses jovens. Muitos destes inclusos na pesquisa que ora desenvolvemos no colégio acima citado, que além de estudar já trabalham, apesar de não ter concluído o ensino médio. Políticas públicas emanadas pelo Estado de forma que os mesmos possam sonhar com melhores condições de inserção no mercado





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de trabalho e melhores condições de vida. Para isso, esses precisam de projeto de vida, que não se realizam sem o incentivo e participação da sociedade, da família e da escola. Há, portanto,

[...] a necessidade de políticas públicas que enfrentem o plano conjuntural, emergenciais, atentando para a particularidade e a diversidade dos grupos de jovens inseridos precocemente no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, discernimento para mudanças ou reformas estruturais que produzam desigualdade social (Frigotto, idem, p.205)

Considerando as amarras do sistema capitalista, trata-se de um enorme desafio, que deve ser incessante, não devendo, portanto, ficar no plano secundário do discurso, sob pena de continuar o ciclo da exclusão social e da banalização da pobreza.

### Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

CIAVATTA, Maria. **A escola do trabalho: história e imagens**. Universidade Federal Fluminense. Tese para concurso público para professor titular de educação e trabalho. Niterói, 1993.

FERREIRA, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e Ideologia Tecnocrática para ditadura militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p.333-355, set/dez, 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 19/06/2011.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa; NOVAES, Glaucia Torres Franco. **Os jovens do ensino médio e suas representações sociais**. Cadernos de Pesquisa, n.112, p.167-183, março, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**: São Paulo, Loyola, 1993.

KUENZER, Acácia. Exclusão incluyente e inclusão excluyente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina, Brasil e Venezuela**. Maceió: EdUFAL, 2004.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e educação. In: **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. GOMEZ, Carlos Minayo et.al. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **A escola de Gramsci**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda. (orgs.) **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 38 ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

\_\_\_\_\_. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. **Minimanual compacto de História do Brasil: teoria e prática**. 1ed. Revista. São Paulo: Editora Rideel, 2003, 368p.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Celia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. O arautos da reforma e a consolidação do consenso: anos de 1990. In: \_\_\_\_\_. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 53-86.

